

Memória de Reunião

Reunião do Comitê Nacional de Gestão de TIC – CNGTIC/PJ

Data	Horário	Local
30/05/2012	10h00 às 15h00	Plenário do CNJ Ed. Anexo I, 2º andar - STF
Participantes		
Paulo Cristóvão	CNJ	paulo.cristovao@cnj.jus.br
Marivaldo Dantas de Araujo	CNJ	marivaldo.dantas@cnj.jus.br
Lucio Melre da Silva	CNJ	lucio.melre@cnj.jus.br
Marcelo Lauriano Lúcio	CNJ	marcelo.lauriano@cnj.jus.br
Bento Gomes Barbosa Junior	CNJ	bento.junior@cnj.jus.br
Daniel Castro Machado Miranda	CNJ	danielmm@cnj.jus.br
Fernando Caldeira Brant	TJMG	ferbrant@tjmg.jus.br
Antônio Francisco Morais Rolla	TJMG	antoniofmr@tjmg.jus.br
Francisco Ricardo de Góis Lima	STJ	chico@stj.jus.br
Wilson Nogueira de Aquino Junior	CJF	wilson.aquino@cjt.jus.br
George Alexandre Silva	TRT 12	george.silva@trt12.jus.br
Helena Elias Pinto	TRF 2	helena@jfrj.jus.br
Ana Maria Franco Vitiello	TJRS	vitiello@tjrs.jus.br
Denise Martins Moura Silva	TJSE	denise@tjse.jus.br
Elmano Amancio de Sá Alves	TSE	elmano.alves@tse.jus.br
Jader Carlos Videira	TRF 3	seti@trf3.jus.br
Ricardo Hermann	TJRS	hermann@tj.rs.gov.br
Bárdia Tupy Vieira Fonseca	TRF 1	bardia.tupy@trf1.jus.br
Carlos Augusto Pires Brandão	TRF 1	carlos.brandão@trf1.jus.br
Lilian Lygia Ortega Mazzeu	TRT 2	lmazzeu@trtsp.jus.br
Fernanda Marques Montenegro	TRT 5	fmmontenegro@trt5.jus.br
Renato Warwar Silva	TJRJ	warwar@tjrj.jus.br
Ivan Lindenberg Junior	TJRJ	lindenberg@tjrj.jus.br
Sandro Denis de Souza Nunes	TJRJ	sandrodenis@tjrj.jus.br
Fabio Cesar Salame Silva	TJPA	fabio.salame@tjpa.jus.br

Assuntos Tratados

Abertura:

Dr. Paulo Cristóvão abriu a reunião agradecendo a presença e pediu para que todos que se apresentassem. Após as devidas apresentações, Dr. Paulo Cristóvão passou aos assuntos propostos em pauta.

1. Apresentação da nova equipe do Departamento de TI do CNJ;

Melre se apresenta esclarecendo que a nova equipe do DTI está à disposição dos Tribunais para contribuir com os trabalhos em curso. Após, cada um dos novos integrantes da equipe fez uma breve apresentação curricular. Nova equipe: Coordenador de Infraestrutura e Atendimento, Bento Júnior; Coordenador de Gestão de Sistemas, Daniel Miranda; e Chefe da Divisão de Políticas de TI, Marcelo Lauriano.

Em seguida, Melre apresenta solicitação feita pelo TJAP ao CNJ para que seja verificada a possibilidade de aquisição e doação de scanners de alta capacidade àquele Tribunal. O objetivo é atender às necessidades de digitalização de processos para posterior inserção em sistema eletrônico. Dr. Paulo Cristóvão destaca que a política de distribuição do CNJ se baseia nas respostas obtidas do questionário de governança de TI, que está em plena execução. Destaca ainda que o CNJ distribuía microcomputadores inicialmente, mas posteriormente foram incluídos outros equipamentos de infraestrutura como servidores, equipamentos de comunicação de dados, de armazenamento, etc. Melre informa que recebeu o processo para avaliar a pertinência dessa solicitação e questiona aos representantes se a necessidade se apresenta também em seus Tribunais. Melre esclarece que esses equipamentos são capazes de separar as peças dos processos a partir de marcas feitas nos documentos e se forem pertinentes aos órgãos, a inclusão desse tipo de equipamento poderá ser feita no rol de produtos a serem doados pelo CNJ. Dr. Marivaldo questiona se há alguma manifestação acerca dessa inclusão. MG informa que existe também essa necessidade em seu Tribunal, tendo em vista os trabalhos desenvolvidos em parceria com o CNJ, o que acarreta a necessidade de terem scanners de maior capacidade de produção. Dr. Marivaldo e Dr. Paulo destacam que ainda é necessário manter os autos físicos no caso da digitalização de processos, pois existem os prazos de guarda estabelecidos pela Lei. Foi informado que o custo estimado de um equipamento desse porte é em torno de R\$ 30.000,00 a R\$ 50.000,00, dependendo das características. Dr. Paulo Cristóvão reforça que as respostas do questionário de governança subsidiarão a definição da quantidade de equipamentos a serem adquiridos pelo CNJ. Outros Tribunais também entenderam que a inclusão dos equipamentos na lista de doação é

necessária. Dr. Marivaldo informa que, devido às justificativas apresentadas, irá propor reserva de recursos financeiros para esse fim, mas pede que as respostas sejam enviadas de acordo com parâmetros reais do órgão, para que se possam definir números mais aproximados para cada Tribunal. Melre questiona se haverá a necessidade de ampliar o escopo também para a área administrativa. Dr. Marivaldo esclarece que essa questão será submetida à avaliação dos Conselheiros da Comissão de TI. O Comitê conclui pela aprovação da inclusão dos scanners de produção de alta capacidade no rol de equipamentos possíveis de doação pelo CNJ e que novo questionamento será realizado aos Tribunais, já que no questionário aberto essas questões não estavam contempladas.

2. Pendências da reunião anterior. Acompanhamento;

Sobre o estabelecimento de Modelo de Contratação de TI para o Poder Judiciário, Melre informa que a proposta de Modelo apresentada pelo CJF encontra-se disponível no site daquele Conselho e que poderá ser alvo de análise por parte dos envolvidos e interessados. CJF informa que foram promovidos treinamentos à distância no modelo para capacitar profissionais da Justiça Federal nas práticas estabelecidas no modelo, inclusive essa capacitação está sendo apoiada pelo MPOG. Tribunais sugerem que os treinamentos também sejam efetuados pelas áreas de Administração, Jurídica e Controle Interno de forma desenvolver harmonia de entendimentos. Melre esclarece que existe uma proposta feita pela área de Controle Interno do Conselho que poderá ser utilizada na avaliação do Modelo para o Poder Judiciário. Melre esclarece que alguns representantes do Comitê ainda não indicaram profissionais para compor o Grupo de Trabalho de Contratações. Pede para que as indicações sejam enviadas para seu e-mail. A proposta do novo modelo é estabelecer critérios mais aplicáveis para a implantação das diretrizes estabelecidas na IN4/2010 do MPOG. Sugere que seja dividido em fases de implantação. Propõe que o grupo estude o modelo ideal de acordo com a maturidade dos órgãos do Judiciário, considerando todas as propostas já desenvolvidas. Dr. Marivaldo destaca que a TI é encarada pelo TCU como prioritária, pois decisões equivocadas poderão trazer prejuízos enormes à sociedade. Destaca a necessidade de se tomar atitudes preventivas para minimizar tais questões ou questionamentos futuros pelos órgãos de controle. RJ informa que o modelo proposto pelo Tribunal está aderente ao processo de contratação da IN4/2010, o que é bastante laborioso. Entende que terá que ter uma equipe exclusiva e dedicada para esse fim. Expõe que compras pequenas não devem ser feitas considerando todas as exigências estabelecidas na IN estabelecida pelo MPOG. Dr. Marivaldo informa que o importante é a uniformização de entendimentos das normas para todo o Judiciário. Reforça a lógica

e racionalidade para o estabelecimento de critérios objetivos a serem utilizados nas contratações de TI. Reforça que está no momento de apresentar a proposta realista considerando as particularidades do Poder Judiciário. Melre informa que a IN4 é importante no sentido da segmentação de papéis da contratação. Entende que o problema da IN está na maturidade requerida às organizações, que muitas vezes não possuem. STJ recomenda para os trabalhos do grupo, que a fase de planejamento das contratações seja de acordo com o objeto a ser contratado, utilizando o princípio da razoabilidade. A ideia é flexibilizar o modelo considerando as particularidades do Judiciário. Dr. Marivaldo sugere que o Grupo tenha prazo para a apresentação da proposta de modelo. Destaca ainda que seria interessante a participação de todos os Conselhos do Judiciário, Justiça Federal, Trabalhista e Eleitoral. RS esclarece que é preciso ter cuidado no estabelecimento das diretrizes de contratação, pois é necessário estabelecer métodos de trabalho harmônicos, de forma a evitar incompatibilidades com regulamentos já estabelecidos. Dr. Marivaldo recomenda que seja utilizado como base o modelo do CJF adaptado à realidade dos órgãos do Poder Judiciário, ficando a critério de cada órgão aperfeiçoar ou não o modelo. Sugere-se que a proposta a ser levada à Comissão de TI seja apreciada também pelas áreas de controle e jurídica para maior respaldo do modelo proposto. Dr. Marivaldo destaca que as contratações tem que ter foco na mensuração por resultados e objetivos, o que é o grande foco das recomendações feitas pelo TCU para as contratações da Administração Pública. Na próxima reunião do Comitê será apresentado pelo Grupo uma proposta realista, porém sugere-se que a implementação seja gradativa. O CNJ coordenará o trabalho do Grupo de Trabalho. Inicialmente o grupo será formado por profissionais do CNJ, CJF, TSE, TJRJ, TJRS, TJMG e TRT20. O grupo deverá apresentar uma proposta na próxima reunião do Comitê.

Sobre a necessidade de criação de Grupo de Trabalho para tratar de assuntos relacionados à contagem de pontos de função, Melre questiona aos presentes se a ideia persiste e como ela poderá ser implementada. CJF informa que sua equipe é pequena e não sabe se poderá efetivamente participar. TRF5 informa que tem manual desenvolvido para esse fim, o qual foi produzido por profissionais com conhecimento nesse tema. Informa que pode servir de apoio para o grupo a ser criado, mas só tem uma profissional certificada para atender todo o TRF5. STJ sugere que cada Tribunal integrante do Comitê disponibilize pelo menos um profissional e destaca que a criação de um fórum para facilitar a troca de conhecimento e experiências. TJRS está tentando formar esse tipo de profissional em seu Tribunal. Acredita que a difusão desse conhecimento é importante, mas destaca que o manual uniformizará os entendimentos

de contagem para todo o Poder Judiciário. MG está formando um grupo de 6 pessoas, tem 2 profissionais experientes que poderá apoiar os trabalhos. Informa ainda que está utilizando o manual do SISP, que é bem evoluído e bem pensado. Dr. Marivaldo destaca que a utilização do Manual patrocinado pelo MPOG facilitará todo o trabalho e sugere que esse material seja disponibilizado no site no CNJ ou em outro local para uso do Grupo de Trabalho e demais interessados. Melre, esclarece que poderá ser utilizada a ferramenta de colaboração REDMINE. Dr. Marivaldo destaca que poderemos utilizar o REDMINE ou um grupo de e-mail para iniciar os trabalhos, com a utilização do Manual do SISP. Destaca ainda que os órgãos da esfera Federal tem que adotar as recomendações do TCU e na esfera estadual também, por conta dos recursos que recebem da Ação de Modernização do Judiciário. TSE destaca que a contagem é complexa e que exige muita prática dos profissionais. Acredita que o custo de controle de ponto de função, em determinados casos, é muito maior do que o benefício. Destaca que nas contratações seja verificado se as empresas possuem profissionais certificados e que, dentro do órgão, seja contratado profissional também com certificações para que ocorra uma execução harmônica. Esclarece que a criação de um grupo de auditores poderá minimizar fragilidades desse processo. Destaca, também, que a contratação de empresas que não possuem profissionais certificados traz riscos altos para a execução do contrato. MG expõe que a criação do grupo vai auxiliar na evolução da maturidade das equipes dos Tribunais. Melre sugere que o TRF 5ª Região coordene os trabalhos do grupo, inclusive no fórum REDMINE. Terminadas as tratativas, conclui-se pela criação do Grupo de Trabalho de Contagem de Pontos por Função, que terá como objetivo a troca de informações e auxílio pontual em situações específicas.

3. Apresentação do mapa de respondentes do Questionário de Governança;

Melre informa que o questionário de governança está em execução, mas esclarece que muitos Tribunais ainda não finalizaram o preenchimento. Esclarece que o prazo para as respostas do questionário está se esgotando, mas que fará proposta de prorrogação do prazo, mas os Tribunais precisam envidar esforços para concluir o preenchimento em tempo. Apresenta o cenário dos respondentes do questionário de governança. Alguns Tribunais informam que, tendo em vista o choque com o preenchimento do questionário de governança do TCU, o preenchimento do questionário do CNJ foi prejudicado. Dr. Paulo informa que os dados começarão a ser consolidados a partir do dia 11/6, assim o prazo para preenchimento será prorrogado até 10/6. Melre informa que o CNJ precisa desses dados e justificativas extraídas do questionário para a definição das contratações que serão realizadas. Os Tribunais orientarão suas instâncias para

atender o novo prazo definido.

4. Apresentação dos critérios já estabelecidos pelo CNJ para distribuição dos bens de informática – Ação Modernização;

Melre irá encaminhar para os representantes os referidos critérios.

5. Apresentação da ferramenta de colaboração para acompanhamento dos trabalhos do Comitê Gestor;

Melre encaminhará novas senhas para acesso dos Tribunais ao REDMINE, ferramenta a ser utilizada para os trabalhos do Comitê e Grupos de Trabalhos criados. O login será a primeira parte do e-mail dos integrantes do Comitê e dos Grupos. Cada Tribunal irá indicar até amanhã (31/5) os representantes para compor os grupos de Contratações e Contagem de Pontos por Função. RJ apresenta proposição para que seja adquirida ferramenta de gestão de TI a ser utilizada por todos os órgãos do Judiciário, de forma a prover melhor gestão dos trabalhos conduzidos pelos órgãos. Dr. Paulo destaca que a compra de um produto para todos os Tribunais, mesmo sendo por registro de preços, deve ser avaliada com cuidado, visto que uma ata do CNJ poderá trazer certo monopólio de uma ferramenta no mercado brasileiro. Propõe a descentralização da coordenação dessas contratações nas Justiças. MG propõe que sejam feitas contratações em conjunto, mas que seja feita negociação prévia junto aos fornecedores de forma a diminuir os custos de determinadas contratações. Melre informa que não existe no questionário de governança item para levantar dados sobre esse tipo de ferramenta de gestão. Acredita que existem muitas dificuldades para se convergir em uma ferramenta os modelos de boas práticas de mercado. STJ corrobora o entendimento. CJF informa que optaram em não comprar um software, mas sim contratar serviço. A implantação começou em janeiro e está avançando. O objetivo é implantar 10 (dez) processos do ITIL, sendo que o planejamento prevê 30 (trinta) dias para cada processo. Melre sugere que esse trabalho não seja desenvolvido para esse ano, sugestão aprovada pelos presentes. Tribunal informa que adquiriu ferramenta incluindo os serviços com atualização e suporte à implantação e que o objeto está sendo executado adequadamente.

6. Diretrizes Gerais de Gestão de Segurança da Informação para o Poder Judiciário.

Melre informa que o DTI/CNJ revisou o trabalho anteriormente produzido. Marcelo esclarece que o documento foi aprimorado em alguns pontos, algumas redações foram refeitas, sem, contudo, perder a essência do documento anteriormente produzido e aprovado pelo Comitê. Marcelo informa que, nessa nova versão, foi dado um foco

maior para a segurança dos ativos críticos de negócio do órgão, sem prejuízo de cada Tribunal trabalhar os demais ativos de informação. Assim, espera-se que a implementação das diretrizes seja mais viável, visto as dificuldades de implementação de controles dessa natureza. Tribunal destaca que esse tema não é um assunto de responsabilidade direta da área de TI e que deve ser tratado em âmbito corporativo. Ficou definido que o prazo para críticas e sugestões dos integrantes do Comitê para a nova proposta é o dia 8/6.

7. PJe – Possibilidade do CNJ realizar uma grande contratação de fábrica.

TJRJ esclarece que seja estudada a possibilidade de o CNJ contratar uma fábrica de software específica para o PJe. Desta forma, os Tribunais interessados poderão aderir a Ata de Registro para desenvolvimento de funcionalidades do sistema. Melre informa que dispõe de recursos para compor uma equipe para atuar fortemente no desenvolvimento do PJe de forma centralizada. **Dr. Marivaldo informa que as vagas dos profissionais contratados pelo CNJ e que estão alocadas nos estados não poderão ser renovadas, visto não ser possível mais manter esses profissionais com recursos do CNJ, principalmente porque não há forma de gestão desses recursos e não é possível investir em soluções diversas das prioritárias do Conselho.** Todos os Presidentes dos Tribunais foram oficiados pela Presidência e Comissão de TI do CNJ para providenciarem suas próprias estruturas. Melre informa que para contratação de fábrica de software é necessária uma maturidade da área de TI que poucos órgãos possui, segundo seu ponto de vista. Informa que o valor do ponto de função caiu substancialmente no mercado de BSB, o que impactou diretamente na qualidade da prestação desse tipo de serviço. Esclarece que o TCU requer que o órgão tenha maturidade equivalente às exigências feitas para a execução dos contratos de fábrica, o que na maioria das vezes isso não ocorre. Informa que não teve bons resultados com esse tipo de modelo de contratação. Informa que métodos ágeis são menos burocráticos favorecendo a entrega rápida de produtos aos usuários. Informa que o STF está desenvolvendo um modelo de desenvolvimento de sistemas utilizando métodos ágeis, e sugere futuramente uma apresentação aos integrantes do Comitê. Elmano informa que existe uma contratação feita pela Caixa Econômica Federal que paga preço fixo para os serviços prestados de sustentação de software. SC informa que está trabalhando com 3 (três) fábricas que vem atendendo as expectativas do Tribunal. Cada fábrica é responsável por uma determinada tecnologia, e informa que no caso de SC, eles estão tendo sucesso na execução desse tipo de serviço, principalmente por não colocarem todo o ciclo de desenvolvimento para as contratadas. Explica, ainda, que a sustentação dos softwares também é paga por ponto de função, mas com redutor. STJ informa que também contratou fábrica e aprendeu algumas

lições. Explica que dividiu a contratação de fábrica em, desenvolvimento, contagem de função e sustentação de software. Foram estabelecidas regras claras para atender níveis de qualidade na prestação de serviços. PE informa que também utiliza contratações distintas, gerenciadas por equipes distintas do Tribunal. Informa ainda que possui uma contratação específica para atender as necessidades administrativas. TSE informa que é necessário ter um apoio maior para a sustentação do PJe. TSE apresenta dificuldade para tratar o desenvolvimento de sistemas via fábrica. Estão tentando adotar o modelo do TST, mas não sabe ao certo se necessitará de nova contratação. TSE sugere que seja criado um gerente de interface para facilitar a implantação do sistema PJe. Dr. Marivaldo informa que a equipe do CNJ está utilizando o Jira com o objetivo de gerenciar melhor as demandas de aprimoramento e desenvolvimento do sistema PJe. RJ informa que a área fim esteve no evento do PJe, mas a área de TI terá que suportar essa solução. Acredita que essa demanda provavelmente será encaminhada para fábrica contratada por eles. Dr. Marivaldo esclarece que as necessidades de desenvolvimento de funcionalidades específicas no PJe ficarão a cargo de cada Tribunal, visto que as funcionalidades genéricas são coordenadas pelo CNJ. MG esclarece que determinadas funcionalidades não podem ser retiradas dos usuários, pois já estão em pleno funcionamento e obtendo resultados desejáveis. Dr. Marivaldo informa que o sistema PJE tem que ser desenvolvido de forma coordenada, de forma que não aconteçam as mesmas falhas ocorrida no PROJUDI, onde foram criadas versões a critério de cada Tribunal. O desenvolvimento de funcionalidades específicas poderão ser coordenadas por representantes das Justiças ou de órgãos específicos. MG também entende que tem que ser um processo de desenvolvimento unificado, centralizado, mas a implementação imediata traz impactos substanciais para a área de TI. Tribunal relembra que os Tribunais estaduais foram os que realmente abraçaram a causa do PJE, e portanto, precisam ser apoiados pelo CNJ.

8. Discussão com grandes fornecedores para tratamento uniforme com os Tribunais: há algum tempo o TJRJ vem travando negociações com a ORACLE e a MICROSOFT: Tribunal Esclarece que o objetivo é reduzir os valores dos serviços e licenças dos produtos. Atualmente o Tribunal encontra grande dificuldade na negociação, especialmente pela forma de negócio estabelecida por essas empresas que obrigam os Tribunais a pagarem a comissão de seus parceiros. Esclarece que as contratações feitas pelos órgãos públicos ficam a mais caras que as feitas por empresas na iniciativa privada. A ideia é criar um canal com os Diretores de modo a possibilitar uma negociação mais adequada para os contratos públicos envolvendo o Judiciário. MG informa que também tem dificuldades de negociação com a empresa Oracle. Parceiros são destinados para negociar as

contratações, mas a dificuldade é grande para adequar os preços apresentados pela Oracle aos órgãos públicos, considerando os preços praticados no mercado. Melre relata sua experiência com um debate de renovação com a Oracle. Esclareceu que obteve ajuda da TIControl, onde todos os 18 (dezoito) órgãos solicitaram à Oracle que flexibilizassem suas exigências de contratação. De certo modo a relação com a Oracle melhorou, mas esclarece que a matriz dos EUA é quem dita as regras. MG informa que acredita na atuação conjunta dos órgãos e que é possível reivindicar adequações da Oracle às particularidades dos órgãos públicos. Propõe que seja criado um entendimento harmônico entre os Tribunais, de forma que Oracle repense sua forma trabalho, compatibilizando as práticas adotadas no mercado privado para a área governamental. Foi proposta a criação de um grupo para debater esses assuntos. RJ coordenará o grupo.

Próxima reunião ocorrerá no dia 27/6 – Quarta-feira.

Dr. Marivaldo encerrou a reunião às 14hs.

Pendências da reunião anterior (10/04/2012):

- ~~1. “Será revisto e reelaborado o questionário de governança de TI”. Fizemos a inclusão das sugestões do Dr. Paulo e estamos aguardando a homologação por parte dos senhores. Após isso faremos a divulgação a todo o Judiciário;~~
- ~~2. “Em relação ao curso foi solicitado pelo CNJ que o CJF disponibilize o material e o curso para que seja possível repasse aos Tribunais Estaduais”. Encaminharei um e-mail para o Wilson lembrando o desse pedido;~~
- ~~3. “Diante do exposto foi proposta que se forme um grupo informal que ofereça ajuda em relação à contagem de pontos de função”. Enviarei um e-mail a lista do Comitê gestor a fim de identificar competências e propor a criação do grupo, ainda que informal para tratar desse assunto;~~
- ~~4. “Fica definido que será enviado e-mail para o grupo para que sejam indicados representantes para compor o grupo de estudo de contratações até o dia 27 de Abril, enviando também a resolução do CJF”. Encaminharei esse e-mail amanhã para os representantes do CJF, TSE, JT (TRT SE e TRT-SP), TJRJ, TJPA, e TJRS, que comporão o grupo de trabalho.~~

~~5. “Foi sugerido pelo Dr. Paulo Cristóvão que seja feito um grupo para aprofundar o estudo e criar modelos (templates) para serem submetidos à apreciação da Comissão de TI e Infraestrutura”. Trata-se de assunto complementar ao anterior. Existe um trabalho desenvolvido pelo Alessandro aqui no CNJ que automatizou alguns desses modelos. Deveremos nos reunir no início da próxima semana para tratar desse assunto. A depender dessa apresentação, encaminharei o trabalho para o grupo.~~

Assuntos propostos pelo Juiz Fábio Porto (e-mail de 07/05/2012):

~~6. Sistema de Gerenciamento — aquisição de software de gerenciamento pelos Tribunais para auxiliar na gestão e governança de TI;~~

~~7.~~

~~8. Contratos por ponto de função:~~

~~a. Contratação de empresa para contar os pontos: (i) momento da contagem; (ii) forma de pagamento: por ponto de função ou homem-hora; (iii) possibilidade de conluio com a contratada e a fábrica — possíveis soluções;~~

~~b. Contrato fábrica: possibilidade de estipular um percentual fixo para pagamento mensal para correção e atuação em demandas urgentes: pontos positivos e negativos e viabilidade de adequação as diretrizes normativas da IN 4.~~

~~9.—~~